

---

# O LABOR DA PESQUISA: LAPIDANDO O CAMPO NA FRONTEIRA FRANCO- BRASILEIRA<sup>1</sup>

---

THE LABOR OF THE RESEARCH:  
SHAPING THE FIELD IN THE FRENCH-BRAZILIAN BOARDING AREA

**Antonio Sabino da Silva Neto<sup>2</sup>**

<https://orcid.org/0000-0003-4151-6508>  
<http://lattes.cnpq.br/1558255197212661>

**RESUMO:** Este trabalho tem por objetivo problematizar o percurso metodológico empregado numa pesquisa sociológica construída na fronteira franco-brasileira. Elabora uma reflexão sobre as aproximações e os distanciamentos no processo de entrada em um campo recheado por práticas classificadas pelos Estados Nacionais como ilegais. Postula que a experiência em campo, através do contato direto com os moradores da referida fronteira, se constitui como a principal ferramenta de coleta de dados. Assim, discute que a produção de diários de campo, como também a realização de entrevistas, são fundamentais para o desenvolvimento do trabalho, especialmente para a interpretação de categorias nativas. Não obstante, soma-se à argumentação a defesa da utilização de outras fontes, a exemplo de jornais e revistas, que possibilitam construir uma visão geral do objeto de estudo, convergindo em novas interpretações. Conclui-se que a pesquisa deve construir diversos caminhos, ancorada na pluralidade de fontes, para que possa constituir e interpretar um objeto sociológico.

**Palavras-chave:** Pesquisa sociológica; Estratégias metodológicas; Fronteira franco-brasileira.

**ABSTRACT:** This paper aims to discuss the methodological approach used in a sociological research carried out on the French-Brazilian boarding area. We reflect on approximations and distancing in the process of entering a field full of practices classified by national states as illegal. It argues that the field experience, through direct contact with the residents of the border in question, is the main tool for collecting data. Thus, we argue that the production of field diaries, as well as interviews, are fundamental to the development of this work, especially for interpreting native categories. Notwithstanding, we defend using other sources, such as newspapers and magazines, which make possible to build an overview of the object of study, converging on new interpretations. The conclusion is that

---

<sup>1</sup> O título deste artigo se inspira no processo de construção do objeto de pesquisa elaborado por Irllys Barreira em *O labor criativo da pesquisa...* (BARREIRA, 2017). Problematizar o objeto de modo inusitado, com estratégias criativas de leitura e inserção em campo, além de buscar sair do local comum na análise sobre os garimpos e sobre as práticas laborais dos garimpeiros, tornaram-se pressupostos metodológicos deste trabalho.

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia (UFC). Doutorando em Direito (UFRJ). Professor do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Amapá. E-mail: antoniosabino@unifap.br.

research must take different choices, anchored in the plurality of sources, so that it can constitute and interpret a sociological object.

**Keywords:** Sociological research; Methodological strategies; French-Brazilian boarding area.

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi realizada com garimpeiros na fronteira franco-brasileira, migrantes de várias partes do Brasil. Alguns já haviam abandonado a atividade laboral, enquanto outros insistiam que o dia de bamburrar<sup>3</sup> chegaria. Meia dúzia realmente ficou “rica” com a exploração de ouro, diversificando negócios e saindo da peleja cotidiana do sol, da chuva e da malária. Outros poucos estavam “ricos” em comparação a um padrão relativo que tencionava riqueza e miséria num contexto de elevada exploração das relações de trabalho. A maioria dos garimpeiros, sem dinheiro, apenas sonhava com o dia em que perderam a oportunidade certa de mudar de vida.

Elaboravam léxicos que tencionavam o passado e o futuro, ao rememorar frases recheadas por expectativas ou descrenças, como por exemplo: “Por mais um pouco aquela pepita seria minha”, verbalizada quando perdiam uma pepita para o colega ao lado que bamburrou e ele, que outrora cavara ali, não. Ou “Ali devia ter feito minha vida”, quando se referiam ao momento que encontrou a pepita certa, contudo preferiu gastar os valores auferidos com mulheres e “ficando porre”.

Imerso nestas questões, com o tempo eu também sonhava com os garimpeiros. Ficava a pensar o que cada um teria a me dizer. Refletia sobre quais condicionantes fizeram suas histórias interligarem-se, ao mesmo tempo em que elaboravam sobre si um relato de vivências apresentadas por uma diversidade de trabalhadores do ouro, que vislumbravam na garimpagem a chance de mudar de vida. Parte destes profissionais sonhava com uma mudança abrupta do local social ocupado, que envolvia não apenas aspirações financeiras, mas também a oportunidade de ser alguém que proporcionasse honra e respeito à família. Outra parte sonhava menos, ou pelo menos, diferente. Pretendia fugir daquilo que não queria mais ver, seja uma ex-esposa, dívidas ou crimes. Muitos garimpeiros não só pensavam como também verbalizavam que os garimpos

---

<sup>3</sup> Obter, através do trabalho em garimpos, grande quantia de ouro.

ensejam uma nova vida. “Existe melhor lugar do que um garimpo para começar?” Em suas elaborações, relatavam que não seria necessário apresentar documentos, além de não ser preciso registrar vínculos para além daqueles ali vividos. Cada um trazia sua história, que poderia ser despistada, omitida ou recriada.

Tornar-se garimpeiro é uma condição que permeia desde o recrutamento, o compartilhamento de práticas cotidianas ao universo da garimpagem, como também a criação de redes de pertencimento construídas pela prática da atividade. Ao buscar seguir os trechos para os garimpos, refiz percursos cotidianos daqueles que viviam do ouro. Viajei pelas estradas, pelos rios e pelas estórias que permeavam a vida dos garimpeiros. Conversei com homens e mulheres que faziam as mais variadas atividades que movimentavam a economia do garimpo; sejam pirateiros (taxistas), marreteiros (vendedores em garimpos), pilotos de voadeiras (pilotos de pequenas embarcações), prostitutas, políticos ou uma infinidade de profissionais e de pessoas que orbitavam em torno da extração aurífera. Eram comerciantes e garimpeiros que interagiam continuamente e tinham o comércio de metais preciosos como força motriz de seus trabalhos.

Noutra ponta, parte da diversificação financeira empreendida por garimpeiros e ex-garimpeiros entrelaçou-se com as relações comerciais com a Guiana Francesa, que vem cada vez mais exercendo forte influência no comércio de comidas, de vestuário e de serviços em Oiapoque. Se outrora as atividades comerciais eram eminentemente realizadas pelo grama do ouro, hoje o Euro possui papel preponderante nas negociações realizadas em Oiapoque e em Vila Brasil, distrito mais vinculado a economia do garimpo, cravado dentro do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT). Assim, viajar para estas localidades se tornou condicionante para adentrar ao universo local, na busca de compreender às relações que agenciavam sua complexa movimentação.

Realizei esta pesquisa em busca de entender quem eram os garimpeiros e quais as condições constitutivas da formação de um profissional que dedica sua vida à garimpagem, e, posteriormente, como outras atividades laborais entrecruzavam sua trajetória, formando um emaranhado de configurações na fronteira franco-brasileira.

Como também, busquei entender como os garimpos e os garimpeiros, quase que esquecidos dentro da floresta Amazônica, estão entrelaçados a uma grande rede de tramas e de fluxos internacionais de comércio ilegal.

Assim, como será possível problematizar mais adiante, o universo do garimpo se constitui como campo de disputas, de lutas e de embates, não se reduzindo aqueles agentes que executam o trabalho aurífero de extração, sendo alicerçado por meio de contornos transnacionais. Uma rede de comerciantes, donos de máquinas e outros profissionais movimentam a economia garimpeira tanto em sua base como fora da circulação cotidiana do garimpo, em ciclos abastados da sociedade.

Como aponta Tedesco (2015), este processo insere a extração de ouro na Floresta Amazônica num largo campo de interlocuções, tencionando o regional, o nacional e o global como escalas constitutivas de análise do fenômeno. Seguindo Bourdieu (2011), as construções reflexivas mais gerais sobre o campo desta pesquisa não podem se desvincular das relações empíricas constitutivas das relações práticas inseridas no ambiente de garimpagem e de comércio em contexto amazônico. Deste modo, busco apresentar questões gerais retratando-as em suas especificidades, como também questões específicas que estão relacionadas diretamente a problematizações macro analíticas. Esta compreensão sobre o modo de fazer pesquisa alicerça-se na busca para descortinar como as relações sociais são produzidas, ao descrever e analisar práticas sociais através de um olhar sociológico sobre o processo de observação das maneiras de sentir, pensar, agir, negociar, trabalhar, cooperar e competir.

Destaco que a pesquisa com garimpeiros se insere num universo de atividades complexo, pois se faz necessário distender concepções pré-concebidas sobre a atividade aurífera e aqueles que a empreendem, sobretudo pelo modo como estes trabalhadores são identificados pela mídia e pelo Estado por conta de sua atividade laboral. Desvincular-se das concepções iniciais sobre quem eram aqueles homens e mulheres foi um ponto de partida metodológico que se deveu principalmente ao cotidiano laborioso em campo com os próprios garimpeiros, seus amigos e seus familiares.

Concomitantemente, conversar com policiais federais e funcionários do Poder Judiciário auxiliou na compreensão de como os esquemas de percepção e avaliação de

agentes estatais em interação com o garimpo eram elaborados, sendo especialmente percebidos como uma questão a ser resolvida através de ações judiciais e de mecanismos de repressão sobre a atividade da garimpagem. Inseria-me num contexto recheado de moralidades que constituíam as relações dentro do próprio Estado, através das quais pude engendrar chaves de leitura sobre o contexto social em estudo.

Assim, neste artigo discuto como guiei minhas ações em campo, descrevendo as limitações, os percalços e os movimentos de inserção na pesquisa. Na primeira seção apresento os passos iniciais, feitos numa pesquisa exploratória do campo de estudo a partir de categorias acionadas pelos próprios moradores da fronteira franco-brasileira. Na segunda seção apresento as tessituras das afinidades e das problematizações sobre os garimpeiros e os comerciantes. Na terceira seção discuto os materiais da pesquisa, desde o processo de escolha, de produção e de análise dos dados a partir de jornais, de diários de campo e de entrevistas. Na quarta e última seção, apresento as possibilidades de percurso de viagem dos migrantes à fronteira, cujos caminhos fiz e refiz inúmeras vezes durante os quatro anos que mantenho Oiapoque como um campo de pesquisas, amizades, trocas e aprendizados.

## **PASSOS INICIAIS EM CAMPO OU PARA ONDE ESSE TRECHO LEVA?**

Meu primeiro contato com a cidade do Oiapoque ocorreu no ano de 2016, quando ingressei como professor de Ciências Sociais na Universidade Federal do Amapá. A Unifap possui um *campus* no referido município, no qual trabalhei por mais de dois anos. A primeira incursão ao local, portanto, se concretizou de modo institucional, quando não refletia de modo mais detido sobre as possibilidades de pesquisa na região.

Mesmo não percebendo Oiapoque como campo de pesquisa, uma espécie de estranhamento ao novo que se apresentava me consumiu, pois saí de Fortaleza, uma cidade com mais de 2,5 milhões de habitantes para residir em Oiapoque, um município cravado dentro da Floresta Amazônica que não ultrapassava os 25 mil habitantes<sup>4</sup>. Esta foi, sem dúvidas, uma experiência impactante.

---

<sup>4</sup> Devido a sua população flutuante, especialmente aos garimpeiros que residem parte do ano nos garimpos e a outra parte no município, a população em Oiapoque pode variar entre 15 e 25 mil pessoas.

Com passar do tempo, ao me aventurar ao cotidiano da pequena urbe, frequentando seus balneários, cachoeiras, bares e restaurantes; subindo e descendo o rio em voadeiras para comprar produtos franceses de comerciantes “chineses”<sup>5</sup> na vizinha São George<sup>6</sup>, passei a identificar uma grande diversidade de pessoas, de costumes, de temperos e de profissões que constituíam o município fronteiriço. Percebi que não me deparava com uma cidade de interior comum, muito menos com os estereótipos que a televisão e alguns filmes reportavam sobre a Amazônia, cuja ideia principal refletia a tranquilidade, o isolamento intransponível e o pouco contato com o “outro”.

Percebi que a fronteira franco-brasileira era um local de intensos fluxos. Placas de carros da cor amarela vindos do Suriname ou com os símbolos da União Europeia misturavam-se às placas da cor prata produzidas no Brasil, destacando-se a existência de um grande contingente de pessoas de outras nacionalidades transitando diariamente entre os países. Uma sintonia de aparente normalidade embriagava-me naquele momento, sobretudo por não acreditar que Oiapoque poderia constituir-se ao mesmo tempo em um caldeirão de experiências e de interculturalidade tão “diversificado e harmônico” – cravado nos confins do mundo (MARTINS, 2009).

Busquei então desenvolver uma pesquisa exploratória a partir de ensinamentos clássicos da Antropologia (VELHO, 1978; DAMATTA, 1977), ao problematizar as rupturas e os entrelaçamentos entre o familiar e o diferente. Foi pensando por meio desses e de outros antropólogos e sociólogos, a exemplo de Pierre Bourdieu (2011), que percebi que os aspectos de aparente normalidade entre os trânsitos fronteiriços poderiam resguardar rígidos controles de hierarquização do local social ocupado, cuja intensão seria reafirmar classificações difundidas em Oiapoque e no restante do estado, que destinavam um local social subalterno aos moradores da fronteira em detrimento aos moradores da capital Macapá. Deste modo, nos primeiros passos em campo, chamou-me atenção as demarcações e os estereótipos sobre

---

<sup>5</sup> Em São Jorge existem três estabelecimentos comerciais que vendem artigos alimentícios variados, como: chocolates, queijos, vinhos, sorvetes e outros viveres que não são possíveis de adquirir em Oiapoque. Estes estabelecimentos são de propriedade de comerciantes de origem asiática, comumente denominados pela população de Oiapoque por “chinas”. “Os chinas” falam em seu idioma de origem, como também se comunicam razoavelmente em língua francesa, contudo não dominam o idioma português, mesmo sendo os brasileiros, tanto os que moram em São Jorge como em Oiapoque, seus principais clientes.

<sup>6</sup> Saint-George (ou São Jorge) é uma comuna (cidade) da Guiana Francesa, que faz fronteira com a cidade de Oiapoque, divididas pelo rio homônimo. Possui quase três mil habitantes e uma ligação direta com Cayena, a capital do território ultramarino francês. Sua estrutura habitacional, asfaltamento e características sanitárias a diferenciam bastante da cidade de Oiapoque, no Brasil.

possíveis locais de origem e de características físicas, que se constituíam como agências estabelecidas em relações sociais presentes na fronteira.

Seguindo Cardoso de Oliveira (2011), passei a ouvir e a olhar com maior atenção como as pessoas se comunicavam, como se referiam umas às outras, como trocavam informações e realizavam negociações. Busquei, a partir do que via e ouvia, anotar e categorizar o que faziam, quem eram ou pelo menos como identificavam uns aos outros. Não possuía uma noção precisa por onde eu seguiria ou o que iria encontrar, preferi guiar a pesquisa a partir dos dados que o campo apresentava, colocando, assim como Barreira (1998), uma linha na entrada do labirinto para que, a partir de determinado ponto, pudesse voltar reconstituindo os caminhos e arquitetando estratégias mais consolidadas para posteriormente adentrar com maior profundidade ao universo fronteiro, com o intuito de entender as relações sociais presentes nos verdes corredores que esta pesquisa viria percorrer.

Parti de categorizações acionadas na fronteira que revelavam às diferenciações recorrentemente empregadas ao classificar os moradores de Oiapoque, que corriqueiramente eram compartimentados em categorias negativas como “prostitutas”, “não confiáveis”, “filhos de maranhenses”, “preguiçosos” ou “garimpeiros”<sup>7</sup>. Percebi também que, se pela distância do local de origem, profissionais advindos de outros estados da federação consideravam o seu trabalho em Oiapoque penoso pelas precárias condições de salubridade da cidade, o que provocava uma intensa busca por uma transferência do local. Para o macapaense instituía-se uma dificuldade de convívio em Oiapoque que resvalava sua própria honra, evitando ser identificado como morador ou possuidor de origens na fronteira franco-brasileira.

Os conflitos de pertencimento, identificação e autoidentificação entre amapaenses, que de um lado encontravam-se os moradores da capital Macapá e de outro os habitantes da fronteira, dialogam com uma discussão elaborada por Elias e Scotson (2000), que apresentaram refinado debate sobre moradores de uma pequena comunidade que possuíam condições materiais objetivamente similares, mas que se distinguiam por critérios de antiguidade e de compartilhamento de modelos morais, que alicerçam configurações desiguais dentro do grupo, transposta também aos seus descendentes.

---

<sup>7</sup> A definição da categoria garimpeiro, em específico, remete historicamente ao período de intensos fluxos de extração de minérios desenvolvida em Minas Gerais ainda no século XVIII. Aquele identificado como garimpeiro se constituía como pessoa que contrabandeava diamantes através do roubo e do furto, o que instituiu a terminologia como negativa e depreciativa (FERREIRA, 1980).

Estabelecendo-se assim uma fronteira não só física, mas também simbólica, que distingue dominantes e dominados no contexto em tela.

Cito como exemplo a minha chegada a Macapá para assumir a vaga no concurso da UNIFAP. Conversando com algumas pessoas da própria universidade que trabalhavam no *campus* sede, como também com taxistas, moto taxistas, garçons e atendentes de hotéis, recebi indagações que me deixaram de certa maneira desconcertado, como as que se seguem:

“Se você for como todo mundo, amanhã já entra com um pedido de remoção”;  
“Você já foi ao Oiapoque? Cuidado, lá é perigoso!”; “Corajoso você, né, mano?”; “Tem uma prima minha que mora lá, fui visitar uma vez, não gostei”;  
“O que você vai fazer lá? Vale a pena esse concurso? Você vai ganhar quanto?”

Estas afirmações foram elaboradas por macapaenses, muitos dos quais nunca haviam visitado a Cidade, contudo possuíam uma impressão negativa do local e de seus habitantes. A partir destas indagações a mim realizadas, me fiz outras questões, como: Por que os macapaenses demonstram maior incomodo com Oiapoque do que pessoas de outros estados que não possuem laços afetivos com a cidade anteriores a sua chegada? Por que as categorias anteriormente citadas estão interligadas como definidoras dos habitantes de Oiapoque? Por qual motivo estas palavras são utilizadas em contextos distintos praticamente como sinônimos quando se referem a um mesmo grupo de pessoas? O que estes agentes possuem em comum nestes processos de classificação e como se distinguem entre si? Estaria me deparando com um processo de classificação alicerçado na estrutura de um *habitus*, a partir de preferências instituídas pelos agentes, manifestado pelos modos de classificação e desclassificação categorizados nas falas ao se referirem aos moradores de Oiapoque?

Ao construir estas questões e buscar posteriormente respondê-las, colhi relatos que expunham as problemáticas de convívio e as concepções compartilhadas sobre as pessoas do local. Fui descortinando problemas que mostravam que a visão sobre os habitantes do município forjava-se em um empreendimento arraigado num longo processo de identificação daqueles que estavam ali como fugitivos de crimes ou a procura de “dinheiro fácil” – movimento que culminou com a assimilação das profissões de garimpeiro e de prostituta, correlação também muitas vezes empregada pela mídia



local. Estas visões percebidas se davam entre habitantes de Oiapoque com habitantes de Oiapoque; entre moradores de Macapá com moradores de Oiapoque; entre moradores de outros estados e moradores de Oiapoque. Interessante perceber que mesmo existindo uma estrutura que delimita as possibilidades de interação, as relações face a face (GOFFMAN, 1975) entre diferentes agentes sociais são propiciadoras de ações múltiplas, em observância aos contextos de interação distintos. Assim, em certa medida, as relações “macro” se traduzem em contextos de conflitos e intrigas “micro” no cotidiano da fronteira.

Outra questão está na identificação de que a maior parte destes habitantes de Oiapoque advém de estados do Nordeste, principalmente do Maranhão, e que não aceitavam todos os trabalhos degradantes que lhes ofereciam, costumeiramente levando a pecha de preguiçosos. Como exemplo, destaco a fala de um pirateiro. Após viajarmos por muitas horas rumo a Oiapoque, lhe informei que estava indo morar na referida cidade. Passávamos em frente a uma pequena localidade às margens da BR 156, quando então me disse:

Pois vou apresentar a você o Oiapoque. Aqui (apontou para a localidade por onde passávamos) é a vila dos preguiçosos. Passam o tempo todo só reclamando. Não tem coragem de fazer nada. O negócio deles é fechar a estrada. São tudo do Maranhão. Maranhense é tudo preguiçoso. Não sei como chegaram aqui (Conversa com um pirateiro em setembro de 2016).

A fala do pirateiro, que também era filho de maranhense, me impactou. Somado a este contexto, outra categoria importante de identificação era a de garimpeiro. Costumeiramente, os habitantes locais eram genericamente identificados como garimpeiros, sobretudo pelas indicações de seus locais de origem e os modos de lidar com o trabalho. Assim, ser identificado com a cidade de Oiapoque, independentemente do local social ocupado numa estrutura mais geral, institui o indivíduo como pertencente a um grupo de desprestígio social em detrimento aos demais moradores do estado. Destaco como exemplo uma conversa com uma aluna de mestrado da Unifap, que há muitos anos é servidora pública em Macapá, anotada em meu diário de campo. Com espanto, esta aluna apresentou em suas falas suas impressões sobre a cidade, ao descobrir que eu ensinava e residia em Oiapoque:

Minha mãe mora lá até hoje. Eu não sei o que ela vê naquela cidade. Quando tive a primeira oportunidade eu sai [...] Nunca gostei de Oiapoque. Não gostava do colégio, não gostava dos amigos. Aqui em Macapá pude vir estudar, mas lá não tem como. [...] Hoje não seria nada se tivesse ficado lá. [...] E esse é o motivo de eu ver pouco a minha mãe, tem mais de cinco anos que não vou lá, se ela não vem aqui, eu não vou lá. [...] Como resido há muitos anos aqui, não me sinto de Oiapoque, tanto que eu nem digo que nasci lá. (Conversa em junho de 2018 com uma aluna de mestrado da Unifap).

Para melhor problematizar este contexto, pensei na reflexão produzida por Oracy Nogueira, que realiza uma diferenciação entre preconceito social de marca e o preconceito social de origem. Ao fazer uma distinção sobre dois tipos de ações classificatórias que poderiam ser categorizadas como preconceito, o autor aponta que “o preconceito de marca determina uma preterição, o de origem, uma exclusão incondicional dos membros do grupo atingido, em relação a situações ou recursos pelos quais venham a competir com outros membros do grupo discriminador” (NOGUEIRA, 2006). Mesmo referindo-se a questões raciais no Brasil e nos EUA, acredito que este texto pode ser iluminador de uma problematização sobre os grupos em tela, sobretudo por no estado do Amapá a identificação com o Oiapoque ou com o garimpo ser costumeiramente transposta para os descendentes dos garimpeiros, que também são categorizados de forma pejorativa e depreciativa; mesmo que o indivíduo possua grandes montas de recursos financeiros e não se vincule ao que Romani (2010) classifica como economia do garimpo.

Deste modo, assim como Barreira (1998), percebi que me deparava com uma temática que envolvia questões de moralidade e de honra, tendo em vista que iniciava uma pesquisa com agentes sociais que possuíam um estilo de vida que não era bem visto por grande parte da sociedade na qual estavam inseridos, como também, cada vez mais, vinha sendo destacada a atividade garimpeira em jornais de veiculação nacional como ações ilegais que degradam a Amazônia<sup>8</sup>.

O tema da pesquisa se constituía como um objeto composto por julgamentos implícitos à prática da garimpagem, cuja reputação era compartilhada como adjetivo de

---

<sup>8</sup>Nos últimos anos vem se intensificando a propagação em jornais de matérias que retratam garimpos na Amazônia, sobretudo ao afirmarem que suas atividades prejudicam o meio ambiente e o país, como as que se seguem: Corrida do ouro na Amazônia: garimpo ilegal ameaça povo Ianomâmi (UOL, 2020); Toneladas de mercúrio entram clandestinamente no país para abastecer garimpo de ouro (G1, 2020); 'Cidade' de garimpo ilegal na Floresta Amazônica movimentava R\$ 32 milhões ao mês, diz Exército (G1, 2017).

desclassificação de pessoas e grupos. Estas concepções eram reproduzidas costumeiramente pela imprensa, pelos profissionais que representavam o Estado na fronteira, como também pelos próprios amigos e vizinhos que identificavam a figura do garimpeiro com um indivíduo em constante tensionamento entre o legal e o ilegal. A discussão sobre ilegalismos se constitui como um dos principais temas da Sociologia desde o final do último século, tendo autores como Misse (2010); Telles e Hirata (2010) e Feltran (2019) contribuído para o amadurecimento do debate, compreendendo a análise de que estas práticas se inserem numa perspectiva moral. Neste largo contexto, as fronteiras também estão inseridas nas discussões sobre os tensionamentos entre o legal e o ilegal, podendo destacar os estudos de Paiva (2016); Paiva (2018); Hirata (2019); Vargas e Aquino (2019).

A partir deste contexto é possível visualizar a situação marginal na qual o garimpeiro se encontrava. O que justificaria, para muitos, ações violentas por parte de representantes do Estado para coibir, prender e até ensinar que a prática de garimpagem seria algo fora da lei. Deste modo, me deparei com uma pesquisa que pudesse entender os mecanismos de reprodução (BOURDIEU, 2011) das práticas garimpeiras, ao mesmo tempo em que a escrita do trabalho busca reverberar em questões mais gerais, compreendendo como o campo é formado.

Inspirado em Barreira (1998), percebi que face ao tensionamento entre classificações, que disputavam diferentes versões sobre a verdade, não poderia ser considerado por mim uma única interpretação sobre garimpeiros e seus congêneres. Observar, discutir e questionar os dados que me eram apresentados foram ações constantes e necessárias para o processo de análise e de escrita deste artigo. Coadunando com as problematizações discutidas, refletir sobre algumas configurações que o pesquisador está inserido, produzidas a partir do referido contexto de pesquisa, se fez necessário.

Deste modo, destaco que a minha trajetória não se distingue daquela seguida por outras pessoas que vieram residir às margens da fronteira. Em Oiapoque sou um migrante, como muitos outros, que veio à cidade com a possibilidade de um emprego público e com a obrigação de neste lugar estabelecer um “braço” do Estado brasileiro.

Este movimento migratório realizado por mim é feito para a Amazônia há décadas (SARNEY, 1999); muitas vezes incentivado por um discurso “desenvolvimentista”, podendo ser caracterizado como um vértice de uma frente de expansão fronteiriça, justificado pela necessidade de “ocupação dos espaços supostamente vazios” (MARTINS, 2018). No caso específico da Unifap, esta perspectiva foi encabeçada especialmente por um discurso oficial da Gestão Universitária, que afirmava em palestras e em reuniões para a comunidade acadêmica a seguinte frase: vocês, professores e alunos, são o futuro do Oiapoque, têm que desenvolvê-lo.

A implantação nas últimas duas décadas na fronteira de um Campus da Unifap, um campus do Instituto Federal de Educação do Amapá (IFAP), a criação de postos da Polícia Rodoviária Federal (PRF), da Polícia Federal (PF), da Receita Federal (RF), da Polícia Militar do Amapá (PMAP), da Polícia Civil do Amapá (PCAP), da Marinha do Brasil, além da criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT), somam esforços para designar a margem direita do rio Oiapoque como território subordinado ao Estado brasileiro. Estas ações do Estado geram intensos conflitos e debates sobre novas imbricações entre os habitantes locais, pois muitos moradores não concebem o rio como uma linha fronteiriça, responsável por dividi-los de seus vizinhos guianenses; mas sim lhe atribuem vários outros significados e usos sociais, a exemplo de moradia, de alimentação e de transporte. Ao passo que outros moradores que se tornaram lideranças na comunidade, sobretudo famílias tradicionais, veem no discurso de progresso e de desenvolvimento de Oiapoque um ponto chave para a manutenção de sua influência local, caracterizando a migração de suas famílias para a cidade como os “primeiros movimentos de civilização e progresso”. De modo geral, o rio que para o Estado apenas separa, para os moradores da fronteira também integra.

Soma-se a este contexto de multiplicidades a presença de comunidades indígenas, que totalizam 1/3 da população do município de Oiapoque. Parte destes indígenas é mais integrada ao cotidiano transnacional, disputando eleições municipais e realizando comercializações no centro da cidade; outros possuem resistência a este contato, caracterizando, por vezes, uma prática impositiva realizada pelo Estado com o

objetivo excluir os traços culturais estrangeiros das terras banhadas pelo rio Oiapoque<sup>9</sup>. Questões ambientais também estão presentes<sup>10</sup>; não obstante, conflitos relativos ao direito e ao comércio internacional. Neste contexto, como já assinalado, escolhi adentrar nesta multidiversidade a partir das configurações provenientes da relação entre garimpeiros e ex-garimpeiros com o ouro e o Euro, que nas palavras de um comerciante com quem conversei: “Ouro, Real e Euro, é tudo a mesma coisa pra gente, no meu comércio aceito tudo”.

## **INSERÇÃO EM CAMPO: CONVERSAS, AMIZADES E AFINIDADES NA FRONTEIRA**

Com o tempo, ao conversar com pessoas e estabelecer contatos, busquei constituir uma rede de confiança junto a interlocutores que pudesse me auxiliar em trocas de informações. Contudo, é importante novamente frisar que eu não havia viajado ao Oiapoque como uma incursão<sup>11</sup> de pesquisa. Nesta cidade fui residir por tempo indeterminado, e por estar num local novo, construir redes de amizade que me

---

<sup>9</sup> Cândido Rondon realizou uma expedição ao Norte do Brasil na década de 20 do século passado. Esta incursão objetivou, dentre outras coisas, incorporar culturalmente o recente pedaço de terra adquirido ao território nacional. Contudo, como será possível ver adiante, os traços internacionais da região continuarão a percorrer o dia a dia local, tanto em comidas, como também na forte influência cultural e linguística (RONANI, 2010) da França e do Caribe entre os habitantes de Oiapoque.

<sup>10</sup> Caso exemplar está na relação entre o PNMT e o distrito de Vila Brasil, que enfrentam longo processo de disputas sobre a posse de um pedaço da Floresta Amazônica, tendo em vista a não autorização de moradia em Parques Nacionais de populações não originárias. Nos resultados de pesquisa resultante da primeira vez que viajei ao referido distrito, destacamos em suas conclusões que existe a: “i) necessidade de preservação e conservação do ambiental ao mesmo tempo em que se consiga respeitar a permanência de comunidades que habitavam o território antes do Governo Federal demarcá-lo como Parque Nacional; ii) [que] mesmo em litígio, a população local reivindica que o Estado deve manter serviços básicos de demanda social, como saúde e educação, não obstante deve também buscar resolver os impasses através de processos dialogais, em que ambas as partes possam apresentar suas demandas; iii) [somado a este contexto] a comunidade de Vila Brasil deve buscar suas potencialidades econômicas, a exemplo do turismo ecológico, que podem ajudá-la a coexistir com boas práticas de cuidado com o meio ambiente” (SILVA NETO; LANDIM NETO, 2017).

<sup>11</sup> Realizar incursões a campo, por períodos maiores ou menores, é uma estratégia comum entre pesquisadores que moram longe de seus campos de pesquisa, sobretudo quando se trata de uma região de difícil acesso, como é o caso de Oiapoque e de outras fronteiras. Um exemplo clássico está em Malinowski (2018), antropólogo polaco, que em os Argonautas do Pacífico Ocidental promoveu uma revolução na Antropologia, ao utilizar o método etnográfico com mecanismo de coleta de dados em campo junto aos Trobriandeses, permanecendo quase três anos entre 1914 e 1918 nestas Ilhas.

propiciassem interagir com pessoas seria importante inclusive para minha saúde mental<sup>12</sup>.

A construção desta rede, inspirado em Camila Holanda, alicerçou-se por meio de afetividades, “seja selecionando os interlocutores, seja quando recebe a simpatia de intermediadores em campo, seja quando define o aporte teórico para desvendar as tramas sociais e as sociabilidades de determinados sujeitos e grupos sociais” (MARINHO, 2012). Fui percebendo que passei a consolidar contatos com várias pessoas de grupos distintos, de histórias e locais sociais diferentes, neste longo processo de costura de afinidades mútuas<sup>13</sup>.

Estava com meus interlocutores não apenas para “fazer pesquisa”, mas também para socializar, me distrair e aprender. Esta rede de confiança e de amizade se tornou uma rede de confidências, através da qual foi possível compartilhar concepções de mundo, além visões gerais sobre os mais variados assuntos corriqueiros, a exemplo da preocupação com filhos, dificuldades financeiras, aproximações e distanciamentos da família, negócios e trabalho, relacionamentos amorosos, além de uma infinidade de categorias que movimentam o dia a dia das pessoas na fronteira franco-brasileira.

Ao desenvolver relações de mútua confiança com interlocutores, fui colhendo e acumulando relatos que ajudaram a transparecer os modos de vida e os conflitos de grande parte desta comunidade. Questões de pertencimento e de vergonha, por exemplo, foram-me relatadas como um desabafo por uma senhora proprietária de um comércio na cidade, residente no município há 15 anos, cuja ocupação proporcionava-lhe certo

---

<sup>12</sup> Eu não possuía a oportunidade que muitos antropólogos têm hoje de ir ao campo e voltar para sua casa, ou também fazer uma incursão longa, mas com prazo definido para término. Então, em Oiapoque, eu não estava sempre pensando em fazer pesquisa, mesmo que uma conversa me levasse a isso, ao simplesmente ir à padaria no domingo pela manhã.

<sup>13</sup> Acredito que esta pesquisa possui aspirações etnográficas, mesmo não definindo-a como uma etnografia. É válido frisar que o trabalho de campo em si não estabelece uma determinação imediata de que o resultado da pesquisa seja caracterizado como etnográfico; contudo, a permanência mínima de um ano em campo para que o pesquisador possa interagir e compreender melhor as relações nas quais está inserido, observando as “inconsistências” do grupo, foi atingida. Outra questão está na percepção de que o longo trabalho de campo, através da observação participante, propicia analisar os agentes sociais com os quais interage “no âmbito de molduras ou contextos mais amplos” (MILLER; SLITER, 2004). Deste modo, uma dupla relação entre o local e o global – ou entre aspectos idiossincráticos e estruturais – estão diretamente relacionados. A intensidade do contato, ao observar contextos e entender os sinais e comportamentos em que os agentes sociais interagem foi algo preponderante em campo. Para Miller e Sliter (2004), alicerçados em Geertz (1973), a complexidade está no entendimento dos sentidos atribuídos pelos agentes e como nós, através da imersão em campo, acompanhamos sua racionalidade, e isto foi algo que busquei alcançar.

conforto financeiro, o que também lhe propiciava pagar um colégio particular para seu filho em Macapá: “meu filho de doze anos está sofrendo muito em Macapá. Quando seus colegas do colégio descobriram que eu trabalhava em Oiapoque, perguntaram para ele se eu era prostituta. Eles riem do meu filho e eu não sei o que fazer”.

A partir do relato desta senhora, como de muitos outros, fui ouvindo e encontrando meu local em campo, ao refletir sobre os diálogos mantidos com diversos moradores da fronteira, recriando possibilidades de contato e interpretação dos dados. Busquei, então, seguir e visualizar as pequenas questões do cotidiano fronteiriço. Segui Telles (2010), que inspirada em Foucault, apontou a importância de se entender o que se poderia chamar de “histórias minúsculas”, cuja definição resvala num conjunto de teias de relações e mediações que ajudam a interpretar as múltiplas possibilidades do mercado informal, propiciando redefinições e reinterpretções das práticas dos sujeitos inseridos em dado contexto de trabalho que tenciona o legal e o ilegal (TELLES, 2010).

Seguindo também as trilhas de Bourdieu (2011), penso que o pesquisador é o indivíduo que em suas observações vai além dos olhares nativo e estrangeiro, ao fugir das definições românticas sobre uma dada cultura. Percepção metodológica similar encontrada em Simmel (1992) quando se debruça sobre a figura do estrangeiro. Para o autor, por não existir uma adesão imediata aos costumes e concepções compartilhadas pelos grupos que o estrangeiro frequenta, sua condição propicia que ele se movimente com maior desenvoltura, como também possibilita construir uma análise com maior objetividade sobre os grupos com quem interage. Assim, é inerente ao estrangeiro a condição de estranhamento para com o grupo, contudo também do grupo para com ele.

Neste sentido, busquei entender as engrenagens que movimentam a fronteira franco-brasileira, local onde reside no imaginário de seus habitantes a figura do garimpeiro e do migrante como os seus fundadores. Ao mesmo tempo em que tencionam esconder ou minimizar a importância destes agentes em seu percurso de consolidação populacional no discurso público, muitas vezes sendo as figuras do “garimpeiro” e do “maranhense”, categorias vexatórias de associação. São contradições que, ao fundo, são complementares. Busquei definir “os mecanismos de reprodução do espaço social que podem representar um modelo que tem a pretensão de validade universal”

(BOURDIEU, 2011, p. 15). As falas, então, serviriam como norteadoras para adentrar as questões de pesquisa, produzidas como um dentre os vários vértices de análise.

No desvelar das costuras de redes, alicerçadas no contato direto que construí com alunos, vizinhos, comerciantes e outros funcionários públicos que viviam em Oiapoque, percebi que praticamente todos aqueles com quem eu conversava no município possuíam uma ligação direta ou indireta com o universo da garimpagem. Sejam garimpeiros, esposas, filhos ou amigos de garimpeiros e ex-garimpeiros. Sejam também comerciantes, pirateiros, marreteiros e outros trabalhadores que em suas atividades laborais tinham o garimpo como um motor econômico e social. Ou até mesmo, pessoas que eram responsáveis por punir e coibir tais práticas. Com estes passei a conversar e conviver no dia a dia em uma infinidade de ocasiões, como aniversários, festejos locais ou encontros casuais. Assim, em meu entrelaçamento com o campo, prefiro pensar como Becker (1977), quando afirma que a existência de um envolvimento com o objeto de estudo não é um defeito do trabalho acadêmico, e que isso, não necessariamente, reduz o valor científico da obra.

Ressalto que esta imersão no cotidiano local como morador, além de ser identificado como “professor”, proporcionou-me possibilidades de inserção em campo que eu não teria em outras condições. Os habitantes locais não me perguntavam mais “o que você faz aqui?” ou “quem é você?”, nem me observam com um olhar de desconfiança como aquele que está chegando à primeira vez ao local de pesquisa<sup>14</sup>. Existiu, assim, uma possibilidade de inserção em campo que pode ser considerada vantajosa.

Esta estratégia foi vivenciada por Foote Whyte (2005), descrita em seu clássico livro *Sociedade de Esquina*, cuja importância trouxe para a Sociologia e para a Antropologia urbana um olhar refinado da agência do pesquisador no cotidiano como morador de uma localidade diferente da sua. Mais recentemente, Sá (2010) refletiu sobre a mesma estratégia metodológica, quando passou a residir numa favela à beira mar em

---

<sup>14</sup> Enfrentei estas desconfianças em campo em pesquisa com policiais militares candidatos nas eleições gerais de 2014 no Ceará, para minha dissertação de mestrado, apresentada na UFC (SILVA NETO, 2016). A presença constante da desconfiança estava inserida na minha inserção em campo, sobretudo por não ser possível ser identificado como policial, como também por eu evitar ser diretamente caracterizado como um apoiador de algum candidato.



Fortaleza por longos períodos, criando laços de amizade, de confiança e participando ativamente do cotidiano da comunidade.

Contudo, minha entrada em campo é distinta daquela realizada por estes dois autores. Primeiro porque seus campos estavam cravados na mesma cidade onde residiam anteriormente ou possuíam relações familiares, o que se difere do meu caso. Como também a decisão de mudança, transferindo a casa para a localidade estudada, se deveu especialmente por uma estratégia metodológica de pesquisa. Para mim, se deveu mais a mudança para o local como morador e trabalhador local. A agência que propiciou a mudança foi diferente, porém o modo de inserção paulatinamente em campo pode ser considerado similar, tendo em vista que se alicerçaram nestas pesquisas o viver e conviver com pessoas de cada comunidade como essencial. Por isso, acredito que elaborações através destes autores podem ser possíveis e necessárias.

Destaco que como os referidos autores, por ter me inserido como morador em campo, a presença de vantagens são muitas, ao mesmo tempo em que as exigências de contrapartida e responsabilidades com as relações ali criadas são ainda maiores.

Não parto da perspectiva de que para compreender a fronteira se faz necessário ser originário, ou morar nela como residente permanente. Como aponta Lindomar Albuquerque, as fronteiras entre o familiar e o diferente – discussão clássica nas ciências sociais – estão como características permanentes de análise nos estudos sobre fronteiras. Assim, aquele que “vem de fora”, e transita entre os limites fronteirios, pode perceber com maior atenção às questões quase que “familiares” para os habitantes locais (ALBUQUERQUE, 2020). Cito como exemplo uma conversa com o próprio Lindomar Albuquerque em Oiapoque, ainda no ano de 2018. Ao relatá-lo algumas questões de meu campo, disse-lhe “o pessoal do outro lado...” Quase como uma experiência psicanalítica, ele afirmou: “gosto muito dessas expressões produzidas nas fronteiras”. Percebi que estava aprendendo e utilizando terminologias características dos moradores da fronteira e inculcando-as em meu próprio vocabulário, sem problematizá-las corretamente.

Retomo a afirmação de que este contato com o campo não foi inicialmente como pesquisador. É interessante frisar que se na academia as duas categorias – professor e

pesquisador – são praticamente consideradas sinônimas; contudo, no universo pesquisado, essa assimilação não ocorria de modo imediato. Enquanto “professor da Universidade” estava indo ao Oiapoque “ensinar”, “transmitir algo” – “levar o desenvolvimento”. Em contrapartida, os trabalhadores se ressentiam com os habitantes de Oiapoque, como também com os políticos e gestores estaduais. Em seus discursos eram recorrentes que suas atividades em prol do município não eram reconhecidas, citando casos de negligência do poder público para com os funcionários que trabalham na fronteira e que necessitam de transporte de avião para casos médicos graves. Frases como “não temos dignidade nesse local”, eram recorrentes.

Porém, a pesquisa, em suas diferentes perspectivas, pode exigir de modo mais nítido um local de posicionamento “objetivo”, ou em outros casos ações de contrapartida, em que o pesquisador pode muitas vezes perder o seu local de conforto e respeitabilidade como professor, por se “intrometer” em assuntos que tangenciam o legal e o ilegal – como soe ser o caso da garimpagem ou do comércio ilícito na fronteira franco-brasileira.

Os modos de inserção e de apresentação do pesquisador em campo é uma discussão importante para a Sociologia. Bourdieu (2011) não só levantou a questão, como discutiu os detalhes da pesquisa, do ofício do pesquisador, que mesmo “aparentemente ínfimos” estão na construção dos aprendizados da referida ciência. Neste contexto, os modos de apresentação e inserção em campo emergem como questões chave, sobretudo por perceber que a construção do objeto de pesquisa não está apartada da realidade empírica, tendo o pesquisador que inserir em campo do melhor modo possível para a compreensão do fenômeno que analisa.

Por dispor de uma “dupla identidade”, quando em campo, eu não necessariamente informava aos meus interlocutores que estava fazendo pesquisa ou que eu era além de professor um pesquisador, afinal na maioria das vezes eu estava apenas flanando por Oiapoque e trocando ideias com conhecidos. Não necessariamente eu iniciava uma conversa com uma pessoa com o objetivo de conseguir informações para a pesquisa, mas por amigos ou conhecidos simplesmente me contarem como foi seu dia, já me revelavam dados interessantes sobre o universo do garimpo e do comércio local.

Cito uma de minhas experiências em sala de aula para exemplificar uma dessas ocasiões que tencionaram mais nitidamente a dupla relação entre professor e pesquisador. Um aluno, ao chegar atrasado, pediu desculpas e justificou: “professor, cheguei atrasado hoje porque chegou uma catraia cheia de garimpeiros. O pessoal vinha com dinheiro e eu tive que ficar mais um tempo pra vender”. A partir desta informação, em alguns minutos, pude escutar o que estes garimpeiros que acabavam de chegar ao Oiapoque costumavam comprar e como compravam. Percebi também que o referido aluno não estava negociando com garimpeiros que acabaram de sair do garimpo, mas sim com moradores de Vila Brasil, genericamente identificados como garimpeiros, que vinham “à cidade” comprar especialmente com Euro.

Assim, a exemplo da sala de aula, que é meu local de trabalho de ensino, pude aprender muito sobre o que os habitantes locais faziam e como interagiam. Contudo, estar em sala de aula, muitas vezes, não era um momento que eu necessariamente dedicava para conhecer o campo de modo empírico. Mas para mim, como utilizei o exemplo anterior para ilustrar, serviu como caminho de conhecimentos sobre a atuação dos garimpeiros. Devido minha inserção, muitas vezes eu não precisava perguntar o que as pessoas faziam, bastava conviver com elas em meu dia a dia como de morador em Oiapoque para entender melhor as lógicas explicativas de cada grupo social que eu mantinha contato na fronteira. Deste modo, estar com colegas de trabalho, com alunos, ou com amigos que consegui na cidade de Oiapoque, me proporcionava dados constantes sobre as imbricações cotidianas presentes no universo desta pesquisa.

## **MATERIAIS UTILIZADOS: JORNAIS, DIÁRIOS DE CAMPO E ENTREVISTAS**

O uso de jornais para mapear os caminhos que seriam seguidos constituiu-se nesta pesquisa como uma estratégia fundamental. Realizei também a pesquisa de campo através da observação participante, especialmente por meio de conversas cotidianas com conhecidos e com amigos que vivem na fronteira franco-brasileira. Nesta perspectiva, a elaboração de diários de campo também se constituiu como material para a demarcação dos percursos deste trabalho. Junto a isso, a realização de entrevistas em profundidade, principalmente com aqueles que têm ou tiveram no garimpo e no comércio as engrenagens para sua atuação profissional, surgiram como estratégia desta pesquisa.

Assim como Bourdieu (2011), busquei compor várias entradas em campo - mesmo as que possam ser consideradas triviais - para conhecer e interpretar a realidade social num exercício constante para evitar a rigidez equacionada por um olhar unívoco sobre o tema. Pelo contrário, seguindo o autor, a feitura do trabalho alicerçou-se na tentativa de empregar um rigor metodológico capaz de dialogar com o campo empírico estudado. Assim, nesta seção, apresento como estes materiais foram colhidos e utilizados na análise.

### **a) Jornais**

Somado ao contato direto com garimpeiros e comerciantes em campo, um acesso de pesquisa utilizado foram os jornais. Após folhear algumas mídias na internet, passei a buscar quais seriam os principais meios de divulgação que abordavam as atividades na fronteira franco-brasileira. Jornais e blogs do estado do Amapá (*Blog do Seles Nafes, Diário do Amapá, Tribuna do Amapá*), como também jornais e revistas de circulação nacional (*GI, R7, Nexo, Veja*) passaram a me disponibilizar indicações de percursos que eu poderia seguir na pesquisa, sobretudo pela diversidade de detalhes que estes meios de divulgação possuíam sobre a atividade aurífera. É válido frisar que não fiz uma pesquisa documental, numa acepção historiográfica do termo. Assim como Antônio Cândido, “busquei utilizar o material impresso [e digital] que pareceu-me útil” para construir um panorama da pesquisa e conseguir entender o campo de modo mais geral (MELO E SOUZA, 2010).

Chamou-me atenção a forte presença nos jornais impressos e eletrônicos do estado do Amapá à difusão de reportagens sobre os garimpos e os garimpeiros na fronteira, envolvendo notícias variadas<sup>15</sup>. Contudo, ao se referir a estas comunidades, os crimes despontavam como o maior número de manchetes, divididas principalmente em duas categorias. A primeira categoria de crime foi relacionada a roubos, a agressões físicas ou a assassinatos que entrelaçavam garimpeiros e outros profissionais que vivenciavam o dia a dia da prática de extração aurífera. A segunda categoria de notícias destacava a presença da participação de empresários, políticos e agentes públicos que se beneficiavam do processo de extração ilegal, principalmente por acusações de lavagem de dinheiro e de trabalho análogo à escravidão.

Este contexto apresentado em notícias de jornais me auxiliou a levantar a hipótese de que a importância do ouro ultrapassava os limites do município de Oiapoque e que eu me deparava com um fenômeno social que fomentava não só a economia da fronteira, mas também da capital Macapá, além de outros países e estados brasileiros. Estavam imbricadas questões econômicas, políticas e sociais. Como aponta Vera Telles, as redes que permeiam práticas caracterizadas como ilegais, estão cada vez mais interligadas entre partes pobres das cidades e países, com “circuitos de uma riqueza cada vez mais globalizada” (TELLES, 2010, p. 107). Assim, percebi que me deparava com uma rede de interdependência bastante complexa, mas que na ponta de um de seus vértices encontrava-se Oiapoque, e que através desta cidade eu poderia tentar entender melhor quem são os homens que vivem do ouro e as múltiplas possibilidades de relações e comércios presentes nestas configurações.

Lia Machado (2000) aponta que nas dinâmicas dos mercados internacionais que tensionam o legal e o ilegal, constituídos em zonas cinzas de práticas sociais características destas regiões, tendo em vista que as relações entre “dinheiro sujo” ou “dinheiro limpo” se inserem em questões mais amplas. É neste sentido que o

---

<sup>15</sup> Reportavam sobre enchentes em Vila Brasil, embarcações que naufragavam na região, além de ações de cooperação internacional. Um exemplo está numa matéria do G1 Amapá, que possuía como manchete em 21 de maio de 2020 o seguinte título “Recém-nascido é abandonado em casa noturna fechada na fronteira do AP com a Guiana Francesa” (G1 AMAPÁ, 2020). No texto da notícia informava que um casal de garimpeiros havia encontrado a criança abandonada e a encaminhado ao hospital local, onde recebeu cuidados médicos e foi batizada com o nome de Valentim.

funcionamento do sistema jurídico-legal dos Estados não consegue abarcar as complexidades dos movimentos internacionais cada vez mais tensionados pela prática cotidiana dos agentes neles inseridos.

Nesta perspectiva, outro grupo de homens que vivem do ouro, caracterizados como “donos de máquinas” ou “donos de garimpo” são identificados nos jornais, muitas vezes, como políticos e empresários do Amapá e do Brasil. Este grupo não é tão fácil de ser alcançado para conversa numa pesquisa, além do que a criação de laços de confiança e de reciprocidade que possibilitassem a entrada em campo é quase intransponível. Realizar conversas ou entrevistas sobre a extração do ouro, mercados de venda e outros dispositivos de envolvimento de grandes políticos e empresários são estratégias de pesquisa que não foram alcançadas neste artigo. Assim, adentrar a este universo a partir de jornais e reportagens que facilitassem a compreensão do campo foi fundamental, sobretudo por estes trazerem declarações de autoridades que investigam estas práticas ilegais, como também dos acusados. Esta pesquisa, neste sentido, inseriu-se no rol dos trabalhos que deflagraram análises sobre um “tema perigoso” (BARREIRA, 1998; ZALUAR, 2002) que eu vivenciava cotidianamente, e que deveria buscar estratégias singulares para não adentrar em situações que resvassem riscos de vida intransponíveis.

Contudo, este material jornalístico não poderia ser utilizado como verdade absoluta sobre a realidade social em análise. Os textos jornalísticos também estão permeados por concepções morais compartilhadas sobre a atividade de garimpagem, como também proporcionavam uma visão genérica sobre o garimpeiro, muitas vezes não sabendo distinguir a multiplicidade de pessoas, de práticas e de profissões que rondavam o universo social em análise. Assim, alguns jornais não percebiam o garimpeiro como uma parte constitutiva de um meio, mas simplesmente como um problema policial.

Mesmo com estas ponderações, os textos jornalísticos auxiliaram a mapear vários vértices de ação do universo da garimpagem, que não poderiam ser acompanhados por um único pesquisador de modo presencial. Através dos jornais, alguns recortes de localidades distantes fisicamente foram possíveis de ser interligados

pelos dados disponibilizados pela imprensa, podendo envidar esforços para entendê-los como constituintes de uma engrenagem maior de movimentação das fronteiras e dos garimpos na região Amazônica. Nesta perspectiva, pude utilizar os jornais para retroagir no tempo, colhendo dados produzidos sobre a fronteira cortada pelo rio Oiapoque antes mesmo que eu chegasse à localidade como pesquisador. Assim, pude construir questões de pesquisa, ao posteriormente entrar em contato com interlocutores com questões mais fechadas, esgueirando-me ou reformulando perguntas que poderiam fechar ou abrir o campo. Deste modo, os blogs e jornais serviram como rica fonte de pesquisa para o desenvolvimento e análise que se desdobrou neste artigo.

### **b) Diários de Campo**

O convívio cotidiano, constituído por um turbilhão de informações, perpassou de parcas anotações à feitura de um diário de campo com maior quantidade de dados. Busquei constituir problemas mais amplos, com o objetivo de elaborar questões através do contato direto com agentes sociais com quem tive maior relação de proximidade e de confiança. Como também com outros com quem conversei poucas vezes ou até mesmo uma única vez, trocando informações pontuais sobre assuntos corriqueiros do nosso dia a dia da vida na fronteira.

As anotações em um diário de campo foram produzidas sobre o período compreendido entre janeiro de 2016 e novembro de 2019. Em janeiro de 2016, quando viajei a primeira vez ao Oiapoque, pude apreender apenas algumas questões gerais, me encantado muito mais com o local do que problematizando uma pesquisa. Deste modo, as anotações sobre este período foram feitas *a posteriori*. No final do mês de agosto do mesmo ano, quando viajei para tomar posse no concurso, iniciei os primeiros passos da pesquisa exploratória descrita no primeiro item deste capítulo. Contudo, os dados colhidos para esta tese através do diário de campo foram substancialmente produzidos entre os anos de 2017 e 2018, quando passei a residir de forma permanente em Oiapoque. Durante estes mais de dois anos, os períodos em Oiapoque eram divididos entre três e cinco meses, interpostos pelas férias universitárias, por alguns feriados prolongados ou por eventos acadêmicos.

No final do ano de 2018 mudei minha residência para Macapá, convidado para exercer um cargo na Gestão Universitária. Em 2019, fui à fronteira duas vezes, cada uma pelo período de três dias, principalmente por ter entrado no curso de doutorado em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), o que me levou a realizar viagens quase que semanais entre Macapá e Fortaleza. Neste sentido, a intensa pesquisa de campo em Oiapoque foi interrompida para novos desafios profissionais e para dar espaço à formação acadêmica. Porém, quando em Macapá, dediquei-me a outro campo, cujo principal foco seria entender como a economia da fronteira influenciava a capital e quais agentes possuíam relações com os garimpos em Oiapoque. Afinal, Macapá é uma porta de entrada e saída de pessoas e mercadorias.

Após entrar no doutorado, pretendia realizar mais dois meses de pesquisa de campo no ano de 2020 na fronteira entre o Brasil e a França, cuja incursão seria desenvolvida entre junho e julho. Contudo, devido a pandemia causada por um novo tipo de Coronavírus, responsável pela doença COVID-19, impossibilitou-me de realizar presencialmente esta nova fase da pesquisa de campo. Também projetei visitar neste período um garimpo, contudo também desisti de realizar esta viagem. Ir aos garimpos ilegais envolve uma série de perigos, sobretudo quando se está em solo internacional na condição de clandestinidade. Assim, a ameaça de deportação, as ações violentas de abordagem policial estrangeira, além das intempéries de uma viagem à floresta sem condições mínimas de saúde, especialmente relacionadas à COVID-19, me fizeram desistir desta parte do campo e buscar novos modos de lidar com a pesquisa que pudesse dispensar o contato presencial com os pesquisados.

Tive de readaptar a pesquisa, buscando estratégias diferenciadas de inserção em campo. Perguntei-me: como fazer uma pesquisa em um contexto atípico de pandemia? Será necessário mudar o campo, tendo em vista as imprevisibilidades de realizar a pesquisa como havia sido planejada? Como refazer caminhos e compartilhar confianças junto aos interlocutores que já mantinha contato? É possível estabelecer um novo pacto de confiança com indivíduos que praticam atividades consideradas ilegais através de um modo de contato não presencial? Neste sentido, as entrevistas e as conversas via



Whatsapp despontaram como ferramenta fundamental no processo de obtenção de dados desta tese, principalmente no período de pandemia.

### **c) Entrevistas**

As entrevistas realizadas com moradores da fronteira, feitas de modo pessoal, quase que uma confidência, se tornaram chaves de leitura para este trabalho. Através das entrevistas fiz contato com garimpeiros e com pessoas que têm ou tiveram alguma relação com a garimpagem, como comerciantes e trabalhadores que viajam corriqueiramente para a Guiana Francesa, cujas atividades laborais se desenvolvem em território internacional. Durante os anos de 2017 e de 2018 totalizaram-se mais de uma dezena de conversas com agentes sociais que vivem as confluências das ligações e dos interditos na fronteira franco-brasileira.

Foram realizadas sete longas entrevistas, em torno de uma hora cada, ou mais. Entrevistei um comerciante e político morador de Vila Brasil. Dois comerciantes que foram garimpeiros que moram na cidade de Oiapoque. Dois pedreiros, sendo um que nunca viajou para garimpos, mesmo residindo em Oiapoque há 20 anos e outro que frequentemente trocava as duas atividades, residindo por um período na cidade de Oiapoque e outro período nos garimpos. Um brasileiro que mora e trabalha na Guiana Francesa, além de um Policial Federal e um político local. Estas entrevistas foram feitas de modo presencial, com pessoas com quem desenvolvi contato direto na fronteira.

Contudo, como dito anteriormente, a pesquisa enfrentou diversas limitações. Se anteriormente pesquisar um tema perigoso (BARREIRA, 1998; ZALUAR, 2002) impunha uma série de restrições às atividades do pesquisador, sobretudo em 2020, a impossibilidade de voltar a campo para questionar inconsistências dos dados impostas pela Pandemia, tornou-se outro complicador. Então busquei dispor da rede de relações de confiança anteriormente construída, acionando-as de modo não presencial. Deste modo, não sei se conseguiria iniciar a pesquisa através de um primeiro contato hoje via internet e aplicativos como o whatsapp, contudo, para o amadurecimento dos dados colhidos, foi possível realizar várias conversas por este meio.

Por conta do contexto de pandemia, os interlocutores não só me ajudaram com dados, como também deram dicas de como consegui-los. Sugeriram-me a ideia de

conversar com garimpeiros através de um rádio que está localizado no centro de Oiapoque, que servia para manter contatos com os garimpos. O rádio, assim, seria uma espécie de telefone público através do qual familiares, amigos e comerciantes utilizavam para relacionar-se com aqueles que estavam em um dos vários garimpos na floresta, e que no tempo de pandemia estava cada vez mais sendo requisitado pela possibilidade restrita de trânsito na fronteira.

Assim, alguns interlocutores atuaram como intermediadores para convencer que outras pessoas conversassem comigo através do aplicativo WhatsApp. O uso do referido aplicativo poderia deixar gravada a voz, o que necessitaria de uma relação de confiança para conversar. Assim, sempre busquei, como (AQUINO, 2010), não saber de possíveis planos para a realização de atos que poderiam ser classificados como criminosos, como abrir um novo trecho para um garimpo, ou necessariamente, quem eram as pessoas com quem realizavam transações. Interessava-me mais em como faziam, do que dados específicos de indivíduos ou localidades. Até porque, para mim, seria quase impossível enquadrar locais levando em consideração que os pontos de referência estavam numa floresta de difícil acesso, que eu, diferentemente dos garimpeiros, não conhecia. Deste modo, utilizei o referido aplicativo para realizar entrevistas, além de colher dados sobre o cenário de pandemia nas florestas pertencentes ao Brasil e a França.

A partir de entrevistas feitas com dois destes agentes sociais, realizei uma análise sobre suas histórias de vida, dedicando um capítulo para isso. Também conversei de modo informal com familiares e amigos sobre os percursos vivenciados por estes agentes, cuja profissão distendeu-se daquela que os levaram à fronteira, a de garimpeiro, as de comerciantes e de empresários e políticos, que atualmente exercem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A fronteira franco-brasileira surge como rico campo de pesquisa sociológica, agenciador de diversas possibilidades de problematizações da vida social. Neste sentido, o processo analítico-reflexivo foi alicerçado em um largo conjunto de estratégias, num estilo caixa de ferramentas, para adentrar às multiplicidades que uma pesquisa viria a percorrer.

Buscar estratégias criativas para cartografar a maior quantidade possível de dados foi o pressuposto metodológico deste trabalho. A pesquisa não se furtou a buscar fontes escritas, a exemplos de jornais e documentos, como também dados colhidos diretamente pelo pesquisador, em entrevistas e trabalho de campo, compartilhando contato direto com o universo das práticas pesquisadas. Assim, o diário de campo foi material presente em todo o processo, sendo fundamental para mapear as vivências, as problematizações e as questões que surgiram no calor da pesquisa, posteriormente revistas e maturadas.

Assim, o processo de inserção foi devidamente cuidadoso e mediado, buscando respeitar às relações de confiança e amizade construídas em campo, ao mesmo tempo em que não se furtou a categorizar os problemas que me eram apresentados, como: preconceito, violência e práticas ilegais. Perceber que lidava com relações complexas, não sendo possível respondê-las a partir de meus pressupostos morais, garantiu levar a cabo às descobertas que foram sendo realizadas no decorrer da pesquisa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar. Pesquisando fronteiras e construindo relações. Breves notas sobre trabalho de campo em regiões de fronteira. In: Mariela Paula DÍAZ; Yolanda Alfaro; Bruno Miranda. **(Trans)Fronteriza: La etnografía en los estudios de frontera**. 1ª Ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020.

AQUINO, Jania Perla Diógenes de. **Príncipes e Castelos de Areia: um estudo da performance nos grandes roubos**. São Paulo: Editora 24, 2010.

BARREIRA, César. **Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **O labor criativo na pesquisa: experiências de ensino e investigação em Ciências Sociais**. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 2017. 232 p. (Coleção Estudos da Pós-graduação).

BECKER, Howard S. De que lado nós estamos. In: **Uma Teoria da Ação Coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O índio e o mundo dos brancos**. São Paulo: Difel, 1964; 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1972.

- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FERREIRA, A. B. H. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.
- FELTRAN, Gabriel. Economias (i)lícitas no Brasil: uma perspectiva etnográfica. **Journal of Illicit Economies and Development**, v. 1, n. 2, 2019. DOI: <https://doi.org/10.31389/jied.28>.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- HIRATA, DANIEL. Letalidade e ilegalismos de negócios em uma tríplice fronteira sul-americana: Primeira aproximação. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 3, p. 173, 2019.
- MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Revista Território**, 2000.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. Tradução Anton P. Carr e Ligia Cardieri. Coordenação da tradução e apresentação Eunice R. Durham. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- MARINHO, Camila Holanda. **Afetos de rua**: culturas juvenis e afetividades nos bastidores da Cidade. 2012. 241f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2012.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- \_\_\_\_\_. A sociabilidade do ausente (drama e libertação nas migrações). **Travessia - Revista do Migrante**, n. 82, jan./abr. 2018.
- MELO E SOUZA, Antonio Cândido. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Ouro sobre o Azul, 2010.
- MILLER, Daniel; SLITER, Don. Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 10, n. 21, p. 41-65, jan./jun. 2004.
- MISSE, Michel. Trocas ilícitas e mercadorias políticas: para uma interpretação de trocas ilícitas e moralmente reprováveis cuja persistência e abrangência no Brasil nos causam incômodos também teóricos. **Anuário Antropológico**, v. 35, n. 2, p. 89-107, 2010. <https://doi.org/10.4000/aa.916>.
- NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo social: revista de sociologia da USP**. v. 19, n. 1. p. 287-308, 2007.
- ROMANI, Carlo. A história entre o oficial e o lendário: interações culturais no Oiapoque. **Antíteses**, vol. 3, n. 5, p. 145-169, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>

PAIVA, Luiz Fábio Silva. As dinâmicas do monopólio da violência e do controle em um território transfronteiriço e amazônico. **Tempo da Ciência**, Toledo, v. 23. n. 46, p. 27 - 37, jul./dez.2016.

\_\_\_\_\_. As dinâmicas do mercado ilegal de cocaína na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (Online)**, v. 34, p. 1-19, 2018.

SÁ, Leonardo Damasceno de. **Guerra, mundão e consideração**: uma etnografia das relações sociais dos jovens no Serviluz. Fortaleza, Tese de Doutorado / Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGS, 2009.

SARNEY, José; COSTA, Pedro. **Amapá**: a terra onde o Brasil começa. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999.

SILVA NETO, A. S.; LANDIM NETO, F. O. Conflitos socioambientais entre a comunidade da sede distrital de Vila Brasil, Oiapoque – Amapá e o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque: a fronteira franco brasileira em debate. **REDE - Revista Eletrônica do PRODEMA**, Fortaleza, v. 11, n. 1, dez. 2017.

SILVA NETO, Antonio Sabino da. **A disputa pelo troféu da segurança pública**: uma análise sobre os policiais militares nas eleições de 2014 no Ceará. 2016. 138f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2016.

\_\_\_\_\_.; SÁ, Leonardo Damasceno de. A terceira margem do Rio Oiapoque: comércio e garimpo na fronteira franco-brasileira. *In: Repocs*, v.16, n.32, ago./dez. 2019. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/13244/7339>.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**: Estudios sobre las formas de socialización. Madrid: Alianza Editorial, 1977.

TEDESCO. Letícia da Luz. **No trecho dos garimpos**: mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica / Leticia da Luz Tedesco. Amsterdam, 2015.

TELLES, Vera da Silva. Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 2, p. 97-126, 2010.

\_\_\_\_\_. HIRATA, Daniel Veloso. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. **Tempo Social** (USP. Impresso), v. 22, p. 39-59, 2010.

VARGAS, Joana D; AQUINO, Jania Perla D. Garimpos de ouro na fronteira franco-brasileira: conexões entre o legal e o ilegal. *In: Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.* Rio de Janeiro, Edição Especial n. 3, p. 219-235, 2019.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. *In: Gilberto Velho. Individualismo e cultura*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1978.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta**. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.